



José Paulo/AE

Para Quêrcia, há incompetência



Ricardo Chaves/AE

Santillo: São Paulo não pagou nada

Governadores ficam divididos

A primeira proposta de rolagem das dívidas externas dos estados, apresentada pelo governo federal e que previa o pagamento de 25% dos débitos que se vencem em 1989 e 25% do total vencido (o chamado "estoque" da dívida) dividiu os governadores. Enquanto os que representam os estados considerados mais ricos (e que também são os maiores devedores) se rebelaram e ameaçaram até romper com o Planalto, outros apoiaram a proposta e elogiaram o "tratamento desigual para coisas desiguais".

De todos, o que criticou mais fortemente o governo federal foi o governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, afirmando que o plano prejudicaria de "maneira violenta" o Estado. Ainda ontem, em seu programa "Bom Dia, Governador", ele atacou a proposta original: "Não podemos deixar que o governo federal, que fez uma negociação incompetente da dívida externa, prejudique os estados, prejudique os municípios, retirando recursos que são do governo federal para utilizar esses recursos em detrimento de nossos interesses". afirmou, ainda, que o governo federal está querendo que os estados paguem a dívida externa que ele, na verdade, não está pagando.

Segundo Quêrcia, o grande problema do País foi a "incompetência" com a qual a área econômica do governo se comportou ao renegociar a dívida externa brasileira. "Em todo o mercado internacional", argumentou, "a dívida brasileira valia e vale 30% a 40%. Uma nota promissória de 100 dólares do Brasil pode ser comprada por 30, 40 dólares, o que significa que a dívida não vale 100 dólares. Então, como o ministro (Mailson da Nóbrega) pôde assinar uma renegociação por 100 dólares? Isso é um crime contra o povo brasileiro".

Outro governador a se rebelar contra a proposta foi Newton Cardoso, de Minas Gerais. Segundo ele, a dívida do estado foi feita pelos governos anteriores e agora terá de pagar um valor maior do que o que vai tomar emprestado. Isso, afirmou, representará grande sacrifício para Minas Gerais em 1989.

COISAS DESIGUAIS

Para os governadores de Goiás, Henrique Santillo, e do Amazonas, Amazonino Mendes, porém, a proposta inicial do governo era boa: o primeiro apoiou-a, ressaltando que isso implicaria tratar "diferencialmente" a questão de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, enquanto o se-

gundo disse que ela estava "dentro do espírito de isonomia, que é o tratamento desigual para coisas desiguais".

Santillo disse estar solidário com São Paulo mas não admite que o tratamento diferenciado prejudique os demais estados. "Nós aqui, mesmo apertados, estamos pagando, mas São Paulo até agora não pagou um centavo", acrescentou.

Para Amazonino Mendes, é justo que os estados mais endividados "ludem até as últimas consequências", mas recordou as dificuldades do governo federal para combater o déficit público. O governador amazonense também defendeu a união dos estados mais pobres do Norte, Nordeste e Centro-Oeste contra os estados mais ricos. Na sua opinião, o que está havendo agora, é apenas um "atrito passageiro", resultante da derrota de alguns governadores nas últimas eleições.

Entretanto, para dez vice-governadores que se reuniram no Rio, ontem, para discutir o resultado das eleições, os governadores que se rebelaram estão com a razão. Em nota oficial, eles apoiaram os governadores que defendem a rolagem das dívidas "sem prejuízo do desenvolvimento econômico regional".